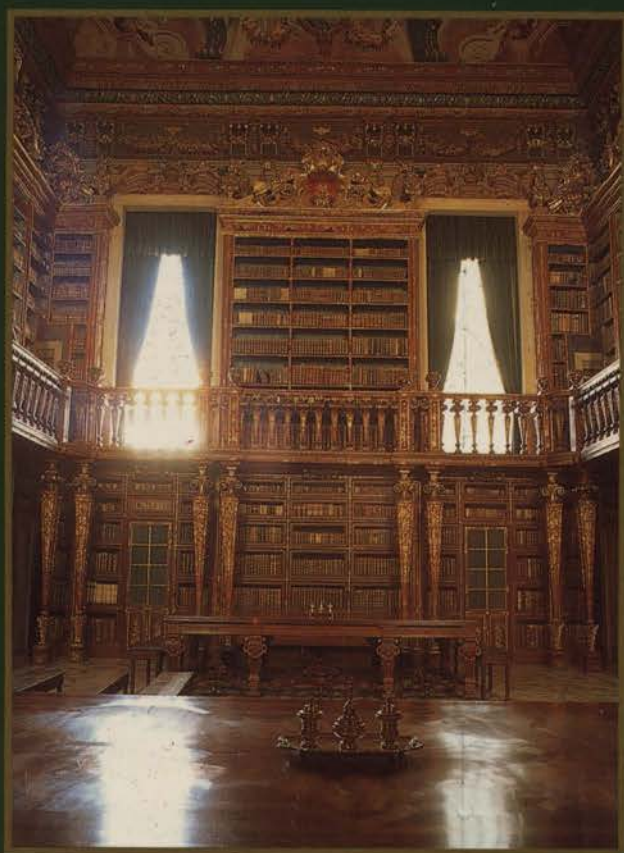


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 12

UNIVERSIDADE



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1990

DA(S) CRISE(S) E DO(S) MITO(S) DA(S) UNIVERSIDADE(S)**

1. É vulgar dizer-se que a Universidade está em *crise*. Confesso, com a minha experiência de historiador, que sempre me pareceu ser esse um fenómeno (quase) constante da instituição.

Dir-se-á, por exemplo, que a Universidade no século XVI estava em crise, razão por que D. João III a reformou, transferindo-a para Coimbra, em 1537. É comum referir-se ao século XVII como o grande período de crise da Universidade, devido ao esgotamento da ciência escolástica e ao peso repressivo da Contra-Reforma. Poderá constatar-se que a Reforma Pombalina de 1772 é uma resposta à crise pedagógica, científica e disciplinar, e manifesta a tendência para alterar a estrutura da instituição num sentido «esclarecido». Depois, advém a crise da «Viradeira», que originou as críticas sarcásticas do poema *O Reino da Estupidez*. No século XIX encontramos a Universidade, com dificuldade em assimilar as concepções liberais e não conseguindo que nela se fizessem reformas de fundo, a passar por várias crises, que se agudizaram nos anos 60 e 80 e, já no século XX, com as grandes convulsões que prenunciaram a queda da Monarquia. A República procederá a grandes reformas de fundo, mas a crise ou as crises da Universidade são contínuas — é então, de resto, que a hegemonia e a legitimidade da Universidade de Coimbra são postas várias vezes em causa. Durante o Estado Novo, apesar de se pretender criar, pela força e pela persuasão, um clima de aparente estabilidade, as crises foram agudas, quer nos anos 30 e, sobretudo, nos anos 40 (em espe-

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Este texto serviu essencialmente de base à comunicação apresentada no «Congresso Coimbra», organizado pela Associação Académica e realizado de 14 a 16 de Dezembro de 1990, no contexto do 7.º Centenário. Foi proferido no *forum* «Universidade», presidido pelo Magnífico Reitor, Prof. Rui de Alarcão, tendo também participado os Profs. Meliço Silvestre, Veiga Simão e Victor Crespo.

cial no pós-guerra), quer até nos anos 50 — a palavra «crise» ou outros vocábulos de sentido idêntico fizeram mesmo parte de títulos de obras então publicadas sobre a Universidade (António Quadros, *A angústia do nosso tempo e a crise da Universidade*, 1956, ou Afonso Botelho, *O drama do universitário*, 1955). E nos anos 60 verificam-se as mais violentas crises académicas, acompanhando o movimento estudantil internacional e o fim do regime político. Depois de 74 continua a falar-se constantemente em crises da Universidade...

Entendamo-nos, portanto, *a Universidade está sempre em crise*, o que, se é característico de qualquer instituição — crise de inanição ou crise de mudança — é particularmente evidente na Universidade, devido ao papel ali assumido pela *intelligentsia*. E isso pode não ser necessariamente um mau sinal, tendo em conta que uma «crise» pode resultar de um desfazamento entre uma situação real (ou a consciência dessa situação) e uma situação ideal ou imaginada. Assim, uma crise pode significar «insatisfação», «busca de alternativas», «procura de novas soluções». Aliás a palavra «crise» não traduz apenas «uma situação anormal e grave». Pode definir-se também, conforme aparece na linguagem clínica (diz-nos já o clássico «Dicionário de Moraes»), como uma «alteração para melhor ou para pior, sobrevinda no curso de uma doença».

2. O fundamental consiste, pois, em procurar caracterizar a *crise da Universidade do nosso tempo*, crise que Boaventura de Sousa Santos, num excelente artigo («Da ideia de Universidade à Universidade de ideias», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27/28, Junho de 1989), procurou já descodificar utilizando uma certa tipologia, que não seguiremos exactamente, mas que teremos sempre presente. Ali se fala na «crise de hegemonia», caracterizada pelo eventual aparecimento de projectos alternativos à Universidade, na «crise de legitimidade», quando se entende que a Universidade não cumpre com os objectivos desejáveis, pondo-se assim em causa a função que desempenha, e na «crise institucional», por se proporem internamente outras hipóteses de estruturação e funcionalidade.

É claro que essa *crise* não se resume ao espaço nacional — em nenhum tempo, de resto, assim aconteceu. No entanto, tem em Portugal a sua tipicidade e — digamo-lo sem pretendermos ser «bairristas» — tem em Coimbra (Universidade de 7 séculos) os seus próprios contornos.

Para ensaiarmos a sua análise, propomos uma experiência de reflexão sobre o *mito* que constitui a *Universidade*, sobre os *mitos* que ela envolve e mesmo sobre a *mitologia iconoclasta* que ela provoca. Trata-se de um exercício assumidamente polémico — até para nós próprios — com o fim de suscitar o debate acerca das grandes questões

da Universidade. Todavia, é justo afirmar que o emprego desta conceptualização não é original. Ela surge, pelo menos, em bibliografia italiana sobre as Universidades — Cláudio Bonvecchio utilizou-a numa antologia de textos clássicos (*Il mito dell'Università*, Bolonha, 1980) e Roberto Moscati empregou-a para analisar as complexas questões da Universidade em Itália (*Università: fine o trasformazione del mito?*, Bolonha, 1983).

Mas porquê a utilização de semelhante conceito com referência à Universidade? O mito é a «fábula» que mergulha no «profundo poço do passado», mas que conserva uma perenidade quase indestrutível, recorrendo para tal à metamorfose. É algo que se venera como uma verdade, se não como um dogma, mesmo que se saiba que tem algo de «fabuloso». Aliás, como assevera Lévy-Strauss, é difícil saber onde acaba a mitologia e onde começa a história (*Mith and Meaning*, 1978). Ora, o primeiro grande mito da Universidade é ela própria. «Instituição de ensino por excelência», ela mergulha nos nebulosos tempos da Idade Média — os renascentistas faziam-na mesmo recuar ao «mundo antigo», onde encontravam a verdadeira *Paideia*, o modelo da «Educação». Daí a perenidade de termos carinhosos como *Alma Mater* ou do reconhecimento de Coimbra pelos nossos clássicos do século XVI como a «nova Atenas» ou a «lusa Atenas», que ainda hoje se continua a utilizar com orgulho. São esteriótipos, diríamos, mas estereótipos que se mantêm vivos e acalentam a sensibilidade de velhos e novos universitários. Contrariar o seu uso é quase uma heterodoxia.

A «Universidade» é, pois, um espaço mítico, razão fundamental da sua persistência como conceito e como realidade institucional. Os factos comprovam-no. A crermos na observação estatística feita por Clark Kerr, de 85 instituições que se mantêm desde 1520 até ao presente com funções similares, 75 são universidades (*The uses of the University*, Cambridge-Harvard, 1982).

3. E o mito da «Universidade» traz consigo, bem ligado, o mito da Universidade como «corporação de mestres e estudantes» — *universitas magistrorum et scholarium*, na sua expressão latina, muito mais rica de sugestões mitológicas.

Em França, no tempo do radicalismo da Convenção, tal mito chegou a ser destruído, como a própria Universidade, que representava para o olhar «progressista» desse liberalismo republicano uma instituição caduca de *Ancien Regime*. Mas se a Universidade foi reposta ali poucos anos volvidos, na sua nova versão napoleónica, central e centralizadora de todo o ensino e de toda a ciência, a instituição tradicional foi reconstruída com as reformas de Louis Liard no fim do século XIX.

Contudo, em Portugal não se verificou institucionalmente essa iconoclastia, que teve apenas significado em ideologias minoritárias e transitórias. A Universidade-Corporação não foi destruída, nem se transmutou, ao contrário do que se tem dito (e tal afirmação faz parte também da mitologia universitária «de oposição»), numa «Universidade Napoleónica». A Universidade de Coimbra resistiu, como instituição corporativa hegemónica e *única*, até 1911, mesmo tendo em conta que tenha sido alvo das críticas amargas de intelectuais como Garrett, Eça ou Antero, de caricaturistas como Rafael Bordalo Pinheiro, ou de lentes republicanos como Bernardino Machado ou Sidónio Pais, e mesmo que se afirme ainda que o próprio Estado pôs indirectamente em causa a sua hegemonia e o seu monopólio, ao criar e ao promover outras instituições paralelas de ensino superior (Institutos Politécnicos, Escolas Médico-Cirúrgicas, Curso Superior de Letras...).

A República abalou a Universidade de Coimbra, não só devido ao facto de ter criado outras Universidades em Lisboa e no Porto, mas também porque houve a tendência para assacar a instituição de conservadorismo e mesmo de reaccionarismo. No entanto, o Estado Novo reviu-se no corporativismo que constituía a Universidade, sobretudo a de Coimbra, louvando-a como baluarte dos valores eternos. O mito renasceu em toda a sua expressão, para entrar em crise nos anos 60. O sindicalismo e o democratismo estudantil, em luta contra os valores salazaristas, porão em causa o corporativismo universitário, que a própria «tendência modernizadora» do Marcelismo ajudará a abalar. Abril de 74 apenas concluirá um processo, que, todavia, não se apresenta como definitivo.

Na verdade, a forte dimensão tradicional da Universidade, com o seu ritualismo e a sua praxe, acabou por vir ao de cima num tempo bem marcado por sentimentos revivalistas e conciliadores. Mesmo a própria ideia de «Autonomia», que, na sua forma actual, é uma conquista democrática dos últimos anos, não deixa de ter uma inspiração corporativa. Ela não é, de resto, uma ideia exclusivamente de «esquerda». Ao contrário, sempre foi assumida, consoante as circunstâncias, embora com cambiantes distintas, pela «direita» ou pela «esquerda». Ela pode parecer, assim, perigosamente, como um espaço de «consenso», capaz de travar o debate entre posições diferentes; pode conduzir, quase contraditoriamente, à burocratização da Escola e ao adormecimento das suas potencialidades. Pode, pois, recorporativizar organicamente a Universidade, se bem que em moldes diferentes do que sucedia no passado. Mas pode também, evidentemente — e é isso que esperamos que o seja — ser uma forma de rejuvenescimento, de democratização e de responsabilização da Escola.

Portanto, a crise da Universidade, se resulta da presença dos mitos do passado, parece motivada, também, pelo facto de esses mitos

não se assumirem no seu verdadeiro rigor, como dogmas inabaláveis, e de serem postos em causa sem que surjam alternativas bem aceites no espaço das novas ideias e das novas práticas.

4. Outro mito de feição mais «moderna» que se instalou na Universidade foi o da sua função científica de «alta cultura». Ele tem, no fundo, raízes tradicionais, mas assume um amplo significado mercê do idealismo e da ideologia universitária alemã, que se fez sentir entre nós sobretudo desde os fins do século XIX. O «amor à verdade», apresentado como primeiro objectivo do universitário, levou-o a antepor a Ciência e a Cultura a qualquer outra finalidade e a «Formação Integral» acima de uma «formação prática».

Com isto, porém, não se pretendia — não se pretendeu em Portugal, pelo menos em teoria — separar a Universidade da Comunidade. Só que a Comunidade era entendida no plano «ideal» dos «fins superiores do Estado». Assim sucedeu particularmente no Salazarismo, em que a «elite universitária» teve um papel fundamental no Poder Político, mormente, no caso de Coimbra, a «elite universitária» da Faculdade de Direito, que era sentida como a escola de maior peso científico e também como a de maior força tradicional. De resto, o caso de Salazar, «Mestre de Finanças» e «Político Exemplar», era sempre evocado como modelo dessa «Ciência prática», posta ao serviço de «Valores Universais e Nacionais». Terá sido esta situação que, durante largo tempo, afastou Coimbra, entendida sobretudo como escola «humanística», da área tecnológica. Com efeito, a Engenharia e a Economia só foram ali criadas no início dos anos 70, de onde a persistência e a força do mito da «Universidade Clássica» versus «Universidade Técnica», de que ainda hoje se notam rastros.

Este conceito «idealista» de Universidade, que tão bem se integrou no Estado Novo — Corporação ao serviço do Estado Corporativo, «Ciência Perfeita» em prol de «Valores Éticos Universais e Nacionais» (nacionalistas) — ajudou, por sua vez, a desenvolver o mito iconoclasta da Universidade como «Cidadela». Afirmava-se, sobretudo nos circuitos de oposição, que a Universidade se afastara da Comunidade, não entendida em sentido ideal, mas em sentido real. A ideia vinha já de longe — tinha raízes na Monarquia Constitucional no seio dos militantes republicanos e os próprios vintistas mais radicais assumiram-na na sua luta contra a Universidade de «Antigo Regime». Ela cresce, porém, na República, que — como se disse — pôs em causa a Universidade de Coimbra, mormente a área de Direito e de Letras. Se quatro professores, entre eles Salazar, foram transitoriamente suspensos, sob a acusação de terem uma militância monárquica e de se oporem assim ao regime político-social vigente, a Faculdade de Letras chegou a ser episodicamente abolida, afirmando-se que continua-

va a praticar uma ciência escolástica desenquadrada da realidade. No Estado Novo vai sentir-se em crescendo essa ideia iconoclasta, à medida que o regime entra em crise. Os militantes académicos dos anos 60 revelá-la-ão, ao procurarem mudar de agulha, afirmando a sua vontade em integrar-se na sociedade real do país e da cidade. Um dos seus gestos mais simbólicos foi, pois, a entrega de uma flor ao povo anónimo.

De qualquer modo, não se destruiu essa ideia — nem mesmo Abril o conseguiu... E, assim, ainda hoje se continua por vezes a afirmar que a Universidade é uma «Cidadela» ou uma «Torre» (de marfim), que vive longe dos problemas reais da Comunidade. Tal afirmação consubstancia afinal os mitos de desamor à Universidade — tão importantes como os mitos amorosos. E como todos os mitos é repetida sem se discutir o seu rigor; mesmo que seja certo que também a Comunidade será culpada da «verdade» que esse mito em parte encerra, pois se é certo que a Universidade se deve ligar à Comunidade real, esta deve também, para que essa ligação efectivamente se verifique, apoiar e estimular a Universidade, o que na prática só poucas vezes se concretiza.

5. A ruptura com o idealismo, o avanço da tecnologia e da «ciência útil» e a velha-nova ideia da importância da ligação da Universidade à Comunidade geraram um dos mitos modernos de maior importância hoje em dia — a ideia de que a ciência universitária deve estar ao serviço da sociedade, tem de estar atenta aos seus interesses, deve preocupar-se com a formação eficiente de profissionais úteis, com emprego (quase) garantido.

Esta ideia teve a sua gestação sobretudo nos Estados Unidos e encontrou em Klark Kerr a sua mais completa teorização. Para ele a universidade é antes uma *multiversidade*, uma escola apta para o desempenho de múltiplas funções de ordem pública e privada. A ideia de Universidade ao serviço da Comunidade transformou-se de «idealista» em «pragmática», pensando-se a Comunidade não tanto em função de «valores ideais», nem também dos seus problemas sociais, como pretendiam certas posições de «esquerda», mas de questões economicistas.

Daí que se perfile a ideia da Universidade-Empresa, inserida na lógica do sistema liberal (capitalista). O Estado, liberto da sua missão social, que deveria ser a razão das suas funções, deixa à Universidade a «liberdade» e o dever de angariar os seus próprios fundos, mercê de convénios realizados com as empresas e até do elevado pagamento de propinas. Daí também que a autonomia universitária acabe por ser uma arma utilizada pelo Estado, não só para responsabilizar a Universidade pelos «seus erros», mas também para justificar os baixos orçamentos que lhe são por ele atribuídos. Por sua vez, o pluriemprego

dos docentes — que, todavia, não é de agora, embora se confinasse sobretudo a certas áreas (a Medicina, o Direito, a Engenharia...) — é naturalmente aceite por esta política universitária, se é que não chega mesmo a ser incentivado. Efectivamente, ele enfraquece qualquer veleidade sindicalista de tipo salarial. Para completar a lógica do sistema, abre-se a porta — com base no liberal direito de ensino — à criação arbitrária de «universidades privadas». Elas são consideradas como o exemplo típico da Empresa dinâmica, criam lugares suplementares para os docentes «desempregados» ou reformados e complementares para os docentes das universidades públicas. E — o que é fundamental — constituem um factor de maior importância para se alcançarem «boas estatísticas», não só quanto ao número de estudantes universitários *per capita*, como também referentes ao ingresso no ensino superior. Tem de se dizer que nenhum ministro como Roberto Carneiro — miticamente considerado, desde o acto de posse, como um «excelente técnico de educação» — soube e teve de jogar tão habilmente com todo este sistema lógico.

Há, porém, ainda mais um elemento que, até certo ponto, completa este processo. Trata-se da importância assumida pela «pedagogia». Na verdade, a noção de que a Universidade deve ser (também ou acima de tudo) uma «escola de formação profissional», em ligação com a crítica à pedagogia universitária, que em muitos casos, com efeito, não se terá afastado muito do «ensino de cátedra», tem feito sobressair a ideia-força da «formação de professores». Assim, pensa-se cada vez mais que o docente universitário não é apenas o investigador de gabinete, de laboratório ou de consultório, mas deve ser também aquele que tem de saber comunicar os seus conhecimentos.

Estas linhas de rumo, que em boa parte se compreendem e que introduzem mesmo um saudável debate acerca do papel da Universidade e dos seus mestres, conduzem também ao mito do que chamaremos o «pedagogismo», que a nosso ver é o principal responsável pela injusta imagem degradada em que por vezes são tidas as Ciências da Educação. Esse «pedagogismo» — que igualmente tem uma matriz americana mas que se expandiu de uma forma notável na Europa — pretende penetrar em toda a força nas Universidades, com prejuízo (sobretudo nas Faculdades de Ciências, de Letras e de Ciências Sociais e Humanas) da formação científica específica dos seus professores e alunos, e serve noutras áreas de ensino — por vezes de forma artificial e teórica — para justificar as grandes alterações do sistema. Inclusivamente a multiplicação exagerada — obedecendo a reivindicações regionalistas — de Escolas Superiores de Educação, sem se preparar um corpo docente adequado, é também uma consequência desse «pedagogismo». Podendo tais escolas conceder graus equivalentes à licenciatura, transformam-se em verdadeiras «Universidades de segun-

da», ou de terceira ou quarta categorias, contribuindo para desvalorizar a imagem do Ensino Superior e indirectamente da própria Universidade.

6. Analisámos alguns dos aspectos que caracterizam a situação da Universidade, olhando para as linhas de força e para os mitos, que emergem do fundo dos tempos ou irrompem com a modernidade. E julgamos ser indiscutível constatar que nos encontramos mais uma vez numa *época de crise*. Por um lado, os velhos mitos tradicionais são discutidos e, mesmo quando ressurgem, dificilmente se impõem, em particular devido à incapacidade de se actualizarem. Por outro lado, os novos mitos não satisfazem a inteligência universitária pós-moderna, que os põe constantemente em questão. Assim, deste encontro entre a Tradição (e Pseudo-Tradição) e a Modernidade (e Pseudo-Modernidade) verifica-se um sentimento de dúvida, de ambiguidade, de (pseudo)valorização e desvalorização da Universidade, de perda de modelos sem contudo se divisar um outro que satisfaça.

Perante este diagnóstico, que pensar e que fazer? Será que os mitos devem ser derrubados para se impor uma «realista» forma de pensar a Escola? É forçoso que racionalmente se destruam os considerados «falsos modelos» para se impor o que se entende por um «verdadeiro modelo»? Não serão essas, a nosso ver, as vias a seguir.

Pensamos que os mitos fazem parte da história e temos de viver com eles. Entendemos mesmo que a Racionalidade sem o Sentimento não constitui o modelo de Ciência da actualidade, do mesmo modo que não é possível entender a investigação sem a prática, o saber científico sem o saber pedagógico, o conhecimento sem o serviço à Comunidade, a Tradição sem a Modernidade e a Modernidade sem a Tradição.

É nossa opinião que a história é feita de crises e que a crise da Universidade de hoje é apenas um caminho para a Universidade de amanhã e para as crises da Universidade de amanhã. Não aceitamos a fatalidade do movimento histórico das Universidades, mas não defendemos também *um sistema para a Universidade*. Apenas quisemos ajudar — como outros o fizeram — a descodificar alguns mitos e a caracterizar a crise presente da Universidade. Para além disso, restamos criar e dinamizar em nós *uma consciência de transformação*. É apenas o nosso desejo e a nossa razão. Eis, pois, alguns dos vectores dessa *nossa consciência*:

- 1.º A Universidade tem de manter uma *finalidade social*, mesmo que tenha um estatuto privado. E o Estado não pode descomprometer-se da construção dessa finalidade, à luz dos princípios constitucionais que o regem.

2. ° A Universidade deve estar logicamente *ao serviço da Comunidade* e, quando se fala em Comunidade, também se fala obviamente das empresas. Isso não significa, porém, que a Universidade se deva sujeitar às drásticas regras do mercado e da concorrência. A Ciência, tal como a entendemos, deve estar acima dessas regras e deve impor ela própria as suas regras «ecológicas» e «éticas». Mas, por outro lado, como se disse, é necessário que a Comunidade apoie também a Universidade.
3. ° As Universidades devem, porém, ser *saudavelmente competitivas*. Diríamos mesmo que, neste caso, a presença de outras universidades e institutos superiores, públicos e privados, trouxe um elemento novo e positivo ao processo universitário, não lhe facilitando uma atitude de adormecimento, mas impondo-lhe uma resposta aos desafios que constantemente se declaram.
4. ° Tal facto joga com o *poder científico*, intimamente ligado ao *poder da informação*. Se a Universidade tem que lutar pela conquista do seu valor no campo da Ciência — e esta continua a ser a pedra fundamental da Universidade — tem igualmente de conquistar o seu «espaço informativo», divulgando ela própria os seus resultados e impondo-se através dos *mass-media*. Neste aspecto é preciso termos consciência de que Coimbra — e ainda com maior razão outras Universidades mais novas e excêntricas — tem problemas fundamentais a resolver. Só uma Imprensa da Universidade (retomamos a antiga designação de Coimbra, aliás consignada nos estatutos), organizada em termos de mercado, poderá resolver em parte esta questão «política», isto é, esta questão de poder científico. Para além disso, só uma política de informação descentralizada conseguirá alterar o sistema macrocéfalo existente no país. Mas tal luta não pode ser apenas dinamizada pelas Universidades e sim pelas diversas comunidades. No entanto, cuidado com os excessos regionalistas...
5. ° Se a Universidade tem de assumir uma *finalidade social*, é óbvio que os seus professores a têm também de manter. Não somos de opinião que o professor deve ser apenas o cientista e o mestre «intramuros». Claro que também deve e pode, até por motivos sociais e profissionais (e porque não por razões salariais?), corresponder aos pedidos de colaboração de instituições públicas e particulares. Mas o que se tem de evitar é o *pluriemprego como sistema* (sobretudo o que não é formalmente afirmado) e a qualidade de «professor nómada», incapaz de cor-

responder aos desafios científicos e pedagógicos cada vez mais exigentes que a sua Escola impõe ou deve impor.

- 6.º Na Universidade devem coexistir e completar-se as «Ciências Humanas e Sociais» com as «Ciências Exactas», as «Ciências Naturais» e as «Ciências Tecnológicas». Deve dar-se o primado à investigação, sem esquecer a prática. É fundamental que se ligue a pesquisa à arte de ensinar (sim à pedagogia, não à *pedagogite*). Importa que se crie uma «ciência cultural».
- 7.º A *Autonomia da Universidade* é uma conquista a preservar. Mas Autonomia não significa independência, nem desresponsabilidade do Estado. E não significa também recorporativização nem (super)burocratização. Não se pode esquecer que um professor é, acima de tudo, um investigador e um mestre — reduzi-lo a um *ser burocrático* é um crime de desfuncionalização e de despersonalização.
- 8.º A Universidade deve ter cada vez mais uma *dimensão europeia e universal*. Mas não confundir essa dimensão — de objectivos científicos e pedagógicos de grande alcance — com o «turismo científico» e com a «congressomania» que hoje parece difundir-se por todo o mundo.
- 9.º Finalmente (este *finalmente* é apenas literário) falemos da *Tradição* e da *Modernidade*. Mais do que em qualquer outra Universidade portuguesa, este problema é sentido no caso de Coimbra.

A Tradição é um mito assim como a Universidade de Coimbra e a própria Coimbra são mitos. Mito porque a «fantasia» e a «realidade» se unem de forma mágica. Não destruamos, pois, esse mito, mas rentabilizemo-lo, «actualizemo-lo». Julgamos que a melhor forma de preservar a Tradição é dar-lhe vida e só é possível dar-lhe vida se a adaptarmos às preocupações e aos usos do nosso tempo. Portanto, a Tradição não se pode confundir com «tradicionalismo». É importante que os ritos e as praxes, os lugares e os costumes universitários não sejam entendidos como mitos de eterno retorno, repetidos pela força de hábito ou do revivalismo, mas que sejam mitos dinâmicos e sentidos. Por exemplo, é preciso que o cerimonial universitário marque com vitalidade a cadência da realidade escolar ou que o «fado» — a canção de Coimbra — seja um valor de cultura sempre actual, na forma e na mensagem, ou que os lugares que marcam o espaço da «Alta» renasçam culturalmente, já que não podem ressuscitar-se os monumentos destruídos pelo camartelo. A importância da Tradição e a sua

actualidade obrigam a Universidade a preocupar-se com o seu Património, a conservá-lo e obter meios financeiros para o fazer. Como sempre temos dito, e apenas como mais um exemplo, não é aceitável que o turista degrade o espaço universitário sem contribuir para o seu restauro, não é admissível que o velho «pátio das escolas» — um dos mais belos do mundo — esteja transformado num super saturado parque de estacionamento. É lamentável que «O Instituto» sobreviva como espaço fechado e quase inerte quando poderia tornar-se um excelente espaço de encontro científico e cultural...

7. É esta a *nossa consciência de transformação da Universidade*, que completa o *nosso diagnóstico de crise*. Um e outro são discutíveis e há, pois, que debatê-los.

Mas, acima de tudo, há que pôr em prática ideias com que todos por certo estamos de acordo. Isso implica, porém, um esforço de toda a comunidade, da comunidade universitária, mas também da comunidade local e regional e ainda da comunidade nacional e até internacional. Sim, porque a Universidade não é uma «Cidadela», não pertence apenas à Cidade e à Região, nem somente ao País. Na sua origem — talvez isso também constitua um mito — ela tem um sentido *universal* («universal cristão» mas, contudo, «universal»). Há, pois, que revigorar esse *mito*, adaptando-o à realidade de um mundo em transformação, de que, no entanto, deveremos balizar as mudanças. Nem *universalismo idealista*, nem *universalismo pragmático*, mas sim um *universalismo à medida do homem social*, com os seus problemas, as suas carências, as suas angústias e as suas contradições...